

Política e Sociedade na História do Brasil Contemporâneo

Napolitano, Marcos (Universidad de São Paulo, Brasil)

Scatena Franco, Stella Maris (Universidad de São Paulo, Brasil)

A historiografia sobre o período republicano da História do Brasil (1889 até os dias atuais) se desenvolveu amplamente a partir do final dos anos 1960. Até esta época, os períodos Colonial (1500-1822) e Monárquico (1822-1889) tinham recebido mais atenção dos historiadores, com o republicano sendo discutido principalmente por memorialistas, juristas, sociólogos e economistas. Estas áreas legaram interpretações canônicas sobre a história do Brasil, incluindo o período republicano, tais como o caráter dependente da economia nacional agroexportadora, o populismo, as contradições do nacional-desenvolvimentismo, o processo de abolição da escravidão e o lugar do afrodescendente na sociedade, e as relações sociais marcadas pelo coronelismo e pelo clientelismo. Em diálogo com obras oriundas destas outras áreas, a historiografia sobre a República vem se afirmando como um polo interpretativo e reinterpretativo da história do Brasil, incluindo o chamado “Tempo Presente”, que incorpora a ditadura militar dos anos 1960 e 1970.

Os primeiros trabalhos historiográficos produzidos nos anos 1970 sobre a história republicana brasileira enfatizaram a relação entre a vida política e a estrutura social, colocando foco no papel das classes sociais no processo histórico. Em diálogo com a sociologia e com a economia política, sobretudo de matriz pradiana e furtadiana¹, autores como Emilia Viotti da Costa, Edgar Carone e Maria de Lourdes Janotti estudaram a passagem do Império para a República e a estrutura política da Primeira República (1889-1930). No começo dos anos 1970, outro trabalho seminal sobre o período republicano foi escrito por Boris Fausto, que analisou a crise da Primeira República e a chamada “Revolução de 1930”, que colocou Getúlio Vargas no poder e exigiu um rearranjo das elites na direção de um desenvolvimento industrial e de uma maior integração nacional, conduzida por uma tutela autoritária, analisada à luz dos conceitos de “bonapartismo” e “vazio de poder” das classes fundamentais.

¹ Com o uso destes termos, nos referimos aos paradigmas lançados por Caio Prado Jr e Celso Furtado, entre os anos 1940 e 1960 do século XX, para pensar a vida socioeconômica brasileira, desde a Colônia, orientada para a agroexportação e para o mercado internacional, com suas implicações políticas para a soberania nacional, minimizando a importância do mercado interno na acumulação de capital e para constituição de uma elite orgânica.

Temas como ideologias, partidos e luta de classes, em perspectiva marxista, davam o tom desta primeira geração de historiadores do Período Republicano. O foco na Primeira República se manteve nos anos 1980, mas a chave de compreensão do período passou da análise calcada na relação de poder entre as classes sociais e as instituições políticas para o agenciamento dos grupos subalternos em resistência às estruturas de dominação. A influência do marxismo renovado da historiografia inglesa, temperada por vezes com perspectivas foucaultianas e benjaminianas, aparece em autores como Edgar de Decca, Margareth Rago, Sidney Chalhoub, que estudaram processos políticos da Primeira República revisando o lugar das classes populares como um todo e da classe operária em particular naquele período, questionando as teorias da anomia, da ausência de consciência de classe ou da objetificação, pelas quais estes grupos foram vistos em trabalhos anteriores. Destaque-se que Margareth Rago, ao lado de Maria Odila da Silva Dias e Joana Maria Pedro, consolidou o lugar da história das mulheres na historiografia sobre a República, campo ainda hoje fecundo. Surgiram pesquisas inovadoras sobre o movimento operário da Primeira República, em autores como Michael Hall, Francisco Foot-Hardman, Paulo Sérgio Pinheiro. Sob a égide da história cultural, Nicolau Sevcenko revisou a tradição intelectual na Primeira República, analisando as obras de dois grandes intelectuais outsiders em relação às elites oligárquicas, Lima Barreto e Euclides da Cunha, em meio às contradições da modernidade republicana excludente e elitista.

Também na década de 1980, a história intelectual e a história política renovada se entrecruzaram para dar destaque às representações políticas, discursos e imaginários sociais que orientavam correntes ideológicas, imprensa e intelectuais autoritários, buscando delimitar uma história política livre de análises normativas ou excessivamente voltada para as estruturas institucionalizadas da política. Nesta direção, autores como Ângela de Castro Gomes, Maria Helena Capelato, José Murilo de Carvalho, Maria Ligia Prado, Eliana Dutra, Vavy Pacheco Borges, Renato Lessa, Alcir Lenharo, entre outros, renovaram a historiografia política brasileira sobre o período republicano.

Na segunda metade dos anos 1980, o período pós-1930, sobretudo o ápice autoritário representado pelo Estado Novo (1937-1945) ganha destaque, com foco na produção de um imaginário nacionalista autoritário, via propaganda e políticas culturais da Era Vargas, e na relação entre elites políticas e classes populares, sobretudo a classe operária. Neste momento, os historiadores iniciam um diálogo crítico com as premissas de análise do período, buscando as particularidades e contradições do regime varguista para além das explicações macro-estruturais, como bonapartismo ou populismo.

A década de 1990, além de consolidar o campo de Estudos sobre o Estado Novo, também viu surgir os primeiros trabalhos de pós-graduação sobre o golpe de 1964 e a Ditadura Militar (1964-1985), território até então dominado por trabalhos de sociologia e ciência política, lançando autores referenciais até hoje, como Daniel Aarão Reis Filho, Carlos Fico, Denise Rollemberg e Patto Sá

Motta. Nesta área, temas como a luta armada, os mecanismos de propaganda e repressão e o imaginário anticomunista deram o tom das primeiras pesquisas sobre a ditadura.

A expansão dos Programas de Pós-Graduação em História, entre a segunda metade desta década e a primeira década do século XXI, propiciou a diversificação e a regionalização das pesquisas aprofundadas sobre o período republicano, dando luz a processos, contextos locais e regionais, até então pouco estudados ou estudados como continuidade da história dos grandes centros urbanos nacionais e internacionais. Naquele momento, também ganharam espaço pesquisas sobre novos movimentos sociais e novas agendas, que não cabiam na história social ou política mais tradicional, como o Movimento Negro e o Movimento Feminista, seus intelectuais e sua imprensa. Novos temas, como a história do humor, a história da leitura e dos impressos na República (Tania de Luca, Tania Bessone), as relações entre História e Cinema também se tornaram campos fecundos, exigindo inclusive novos diálogos interdisciplinares.

O quadro atual da historiografia republicana, adensando e revisando todo o debate anterior aqui sumarizado, aponta para algumas tendências, as quais procuramos incluir neste dossiê, tais como a revisão do pacto federativo na Primeira República, o lugar dos movimentos negros na História republicana, a valorização da experiência democrática da República de 45 (1945-1964) para além do conceito de “populismo”. Enfrentando a “História do Tempo Presente”, o dossiê inclui análises minuciosas e inovadoras da máquina repressiva e da política educacional da ditadura militar, bem como o papel dos movimentos sociais na Constituinte de 1988, impondo um perfil menos “pactuado” e conservador à transição brasileira do que normalmente se pensa. Nestes artigos, visões tradicionais são questionadas, novos impasses são destacados, temas, atores e problemas tradicionalmente relegados recebem novo foco interpretativo.

O primeiro artigo, intitulado *El pacto federativo del Brasil de la Primera República*, foi escrito pela historiadora Claudia Viscardi, professora da Universidade Federal de Juiz de Fora (MG). Ela enfoca o federalismo oligárquico brasileiro, com a emergência da Primeira República, a partir da Carta Constitucional de 1891 e, principalmente, da Proclamação, em 1889. Sua análise se faz à luz dos debates historiográficos. A autora detecta três principais vertentes interpretativas na historiografia: a primeira, privilegiando classe, que buscou explicar o processo abarcando os cafeicultores, dominantes nos cenários político e econômico; a segunda, que lançou luz sobre a divisão federalista, processo no qual teriam se intensificado desigualdades e hierarquias capazes de atribuir poder para que alguns Estados passassem a controlar os processos decisórios; a terceira, que destaca a ação dos diferentes grupos com tendências político-ideológicas diversas. A chave interpretativa com a qual compartilha é aquela que enfatiza a pluralidade de atores no cerne dos projetos políticos em tela. Nessa perspectiva, um primeiro objetivo foi

entender como mesmo no interior do republicanismo havia divergências, o que Viscardi identifica ao analisar manifestos de diferentes regiões do país. Num segundo momento, analisa o jogo de forças e as alianças capazes de garantir a estabilização do regime, a despeito de suas fissuras. Finalmente, um último objetivo foi examinar o incremento de lideranças políticas acionadas por meio dos mecanismos eleitorais. Trata-se de um estudo que pondera sobre as dissensões e disputas entre diferentes grupos em função de seus interesses, mas que também avalia os fatores que permitiram uma relativa estabilidade política durante a Primeira República.

Com o mesmo intuito de tomar temas relevantes da história brasileira a partir de discussões historiográficas, Flavio Thales Ribeiro Francisco, professor da Universidade Federal do ABC, se debruça sobre a presença do negro durante o período republicano. Por meio da colaboração intitulada *Da segunda abolição ao fim da democracia racial: interpretações historiográficas sobre a presença do negro na história republicana do Brasil*, o historiador reflete sobre a predominância, na historiografia brasileira, do atrelamento da questão do negro à escravidão. Como mostra, esta tendência esteve presente em textos de autores com expressiva penetração no pensamento brasileiro, tais como Gilberto Freyre, Caio Prado Jr. e Sérgio Buarque de Holanda. Segundo Ribeiro Francisco, se *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, foi entendida como obra fundacional do mito da democracia racial, o mesmo não aconteceria com autores como Florestan Fernandes, Emilia Viotti, Fernando Henrique Cardoso e Otávio Ianni, por refutarem a leitura das relações raciais como harmoniosa. Entretanto, enfocando sobretudo o trabalho de Fernandes, mostra que este não chegou a abordar o problema da manutenção das hierarquias, que continuaram a atuar como fator de exclusão dos negros mesmo depois da abolição. Os limites da inserção dos negros no pós-abolição começaram a ser referenciados como centrais nos debates dos historiadores a partir dos anos 1980, sobretudo como uma decorrência do próprio movimento negro, na década precedente. Isso culminava com o centenário da abolição, em 1988, quando a produção de análises com este caráter ganhou força. Na sequência, o autor mostra a permanência de uma interpretação dividida em dois campos opostos: a lógica da coisificação, que pressupõe a passividade da pessoa escravizada, e a perspectiva do escravo rebelde. Estas duas tendências viriam a ser quebradas também nos anos 1980 por uma leitura mais complexa, que mostra as ações dos escravos não só em insurreições, mas também em tribunais. Outro tema com o qual o leitor se depara é a omissão dos historiadores em relação às pessoas escravizadas no contexto da passagem da mão de obra escrava para a livre. Ao analisarem este momento, os historiadores privilegiaram a formação do operariado e os imigrantes, sendo os escravizados destacados neste âmbito apenas nos trabalhos da década de 1990. Na produção recente ainda são mencionados trabalhos que tratam dos esforços individuais e coletivos para inserção dos negros no mercado de trabalho no período republicano. Finalmente, as relações raciais foram também enfoque da produção

contemporânea, não só brasileira, preocupada em compreender, por exemplo, como o racismo foi fator de exclusão e de determinação dos lugares sociais dos negros e dos brancos. O artigo chega ao período atual, analisando o impacto das diferentes correntes do movimento negro sobre novas possíveis interpretações sobre o tema.

Angela de Castro Gomes (Universidade Federal Fluminense/Universidade Federal do Rio de Janeiro), e Jorge Ferreira (Universidade Federal Fluminense/Universidade Federal de Juiz de Fora), trabalham com história política no período que se estende entre 1945 e 1964. Em *Brasil, 1945-64: una democracia representativa en consolidación*, os autores sustentam a tese de que este momento, entre a queda do Estado Novo e o golpe civil-militar não correspondeu, como parte das análises existentes tentam sustentar, a um momento somente de fragilidades políticas. Trata-se, antes, de uma etapa em que foram dados passos importantes no processo de consolidação de uma política democrática. Esta questão é articulada, no artigo, com as formas de se nomear o período. Os autores adotam a maneira como ele passou a ser designado a partir dos anos 1990 - “Terceira República” -, no lugar da forma simplificada - República de 1945/64 - ou ainda de “República Populista”, termo que carrega teor valorativo de interpretações, tais como as que sugerem, dentre outros aspectos, a passividade das massas diante das lideranças carismáticas. A perspectiva aqui é a de entender que o período abordado é constituído a partir de um jogo de continuidades e rupturas em relação ao processo político anterior, isto é, a Primeira República e o Estado Novo. Se as práticas eleitorais e partidárias carregam determinados vícios, há significativo espaço, segundo os autores, para a construção de uma “experiência de democracia representativa”. Para entenderem o processo de consolidação democrática - que não se estabeleceu sem crises e reações -, exploram a questão do voto e analisam os processos de eleições presidenciais ocorridos no período. É também a partir desta linha interpretativa que preferem não ler o golpe de 1964 teleologicamente, isto é, como resultado de um suposto fracasso político do período que o antecede. Ao contrário, a consolidação democrática pode ter provocado reações que levaram a um movimento de fechamento das portas para a democracia.

Os dois artigos seguintes tratam do período do regime militar. Em *Represión política en la dictadura militar brasileña: un sobrevuelo por la historiografía*, Mariana Joffily, da Universidade do Estado de Santa Catarina, aborda o tema da repressão. Levanta a discussão sobre a necessidade ou não de se ir além dos dois campos nos quais existem maior concentração de trabalhos: a esquerda, de um lado, e a própria máquina repressiva, de outro. A autora apresenta uma cronologia da violência de Estado, além de realizar um balanço historiográfico sobre a temática. Identifica uma lacuna no que diz respeito à “actuación de algunos de los órganos más importantes de la Comunidad de Inteligencia: los de las tres Fuerzas, los Doi-Codi de las otras capitales - excepto São Paulo - y el del Ministerio de las Relaciones Exteriores.” A

despeito de concordar que tais instituições não possuem acervo, considera “que se puede tener un acceso limitado a su documentación a partir de los archivos abiertos a consulta, puesto que una característica de la inteligencia es el intercambio frecuente de informaciones”. Outros temas identificados na análise historiográfica são: as tendências a se pensar os setores responsáveis pela violência política (militares *versus* forças à esquerda) e as diferenças existentes entre os diversos grupos militares, variando de “duros” a “moderados”; a memória dos militares. Além destes, destaca outros que, segundo seu parecer, apesar de serem estudados, carecem de maiores aprofundamentos: o discurso anticomunista; a composição humana do aparato repressivo e as redes internacionais de repressão; a repressão “legal” e o funcionamento da Justiça e a violência ilegal. O artigo ainda traz um leque de tendências que se configuram como novas possibilidades de estudos, tais como as participações dos civis, principalmente a partir dos levantamentos das Comissões da Verdade; a atuação da repressão em âmbitos regionais e em grupos sociais específicos, incluindo-se a discussão de gênero. O desenvolvimento de trabalhos cada vez mais aprofundados é, segundo a autora, um caminho para a superação da pouca importância que se costuma dar a esse tema de nossa história recente.

Em *Universidades e cultura na ditadura militar brasileira*, Rodrigo Patto Sá Motta, professor da Universidade Federal de Minas Gerais, aborda o tema da educação superior no período da ditadura com especial atenção a dois aspectos: a repressão e a modernização. Na primeira parte de seu artigo mostra como essas duas chaves se articulavam, fosse por meio de uma prática repressiva ou pela tentativa de atrair atores do meio universitário para o âmbito da política oficial. Alguns exemplos citados para o primeiro caso são as políticas de convênio com os Estados Unidos (USAID), a reforma universitária, o aparato repressivo e investigativo da política e dos meios de informação nos *campi* universitários. Para o segundo: o Projeto Rondon e a Educação Moral e Cívica. O artigo ainda apresenta os pontos de conexão entre as ditaduras do Estado Novo e do Regime pós-64 no que se refere à política cultural dos respectivos governos, a exemplo do Conselho Federal de Cultura, criado em 1967 mas herdeiro de concepção do período varguista. A incorporação de intelectuais no regime e a incapacidade deste de combater totalmente as perspectivas intelectuais combativas são ainda temas explorados. Somado a isto, o fato das universidades terem incorporado professores ligados à esquerda no corpo de funcionários faz o autor pensar em mecanismos de “acomodação”, como uma chave interpretativa. Entende-os como acordos baseados em traços da cultura política brasileira - como a marca do personalismo, por exemplo -, que permitem um espaço para ações que se estabeleceriam em um espaço intermediário entre as categorias de resistência e colaboração. O autor enfatiza que observar esta dimensão não significa negar a repressão, mas considerar, ao lado dela, também, os mecanismos de negociação.

Antônio Sergio Rocha, docente do curso de Ciência Política da Universidade Federal de São Paulo, encerra o dossiê com o artigo intitulado *Redemocratização à brasileira? Transição política pelo alto, processo constituinte pela base, 1974-1988*. A preocupação central na análise é questionar a ideia de uma transição à democracia que, por ser pactuada, teria sido construída a partir de cima, ignorando as pressões de diversos setores, incluindo os movimentos populares. Procura demonstrar este argumento acompanhando as atividades desenvolvidas na Assembleia Nacional Constituinte, nas quais atuaram não apenas setores das elites políticas. Este processo, que levou a uma Constituição considerada progressista pelo autor, teria contado, além de setores moderados, com a participação dos movimentos populares e setores à esquerda, transformando o regime, então marcado pela força dos grupos militares e superando uma Constituição liberal-conservadora. Ao lançarmos um olhar mais panorâmico sobre os artigos, fica claro o destaque de dois traços principais na maior parte das colaborações. Sem descartarmos o social e o cultural - presentes sobretudo nos artigos sobre o negro na história brasileira contemporânea e sobre a situação das universidades durante a ditadura - há uma preocupação bastante central com os processos *políticos* desenvolvidos ao longo do período republicano brasileiro. Ademais, o dossiê possibilita ao leitor uma boa atualização em termos das interpretações *historiográficas* sobre temas importantes da história brasileira. Apesar das leituras particulares de cada autor, a perspectiva comum é de que a produção do conhecimento histórico responde às indagações colocadas pelo presente e pelos lugares ocupados pelos atores responsáveis pelas principais reflexões produzidas.

Neste momento delicado pelo qual o Brasil passa, um dossiê como este significa uma oportunidade para se pensar o passado, ao mesmo tempo em que se observa com atenção o intenso jogo das forças políticas no presente. Como é notório, a dramática crise política brasileira, que se arrasta desde 2015, acaba por criar uma nova demanda para a história política, pensada sobretudo a partir das conexões entre longa duração e curta duração, entre estruturas institucionais e econômicas e agenciamentos, entre cultura política e ação política. A crise política recente não é apenas resultado de um “golpe”, no sentido estrito da palavra. De forma mais ampla, podemos também pensar neste processo como um golpe na crença, lamentavelmente abalada, de muitos intelectuais e setores progressistas e à esquerda em relação ao nível de solidez da democracia no Brasil. Isso gera impactos sobre nosso olhar sobre a história do Brasil, incluindo suas relações, pela identificação e pelas alteridades, com a dos países latino-americanos. A já bastante contestada ideia de que “o povo assistiu à República bestializado” reaparece quase como uma marca impossível de ser borrada de nossa cultura política. Este dossiê, que mira o passado e joga luzes sobre o presente, buscando o protagonismo e agenciamento de diversos setores sociais das elites e classes populares, contribui para que mais uma vez repensemos este tipo de leitura, tantas vezes

reproduzida nos meios de comunicação de massa e nas redes sociais. Que ele possa cumprir essa função inspiradora, e sintetize uma historiografia dinâmica e atenta às demandas da sociedade.

Recibido con pedido de publicación 01/12/2017

Aceptado para publicación 30/03/2018

Versión definitiva 10/04/2018

